

Quando o ensino da saúde percorre territórios: dez anos da Coordenadoria de Saúde

Organizadores:

Míriam Thais Guterres Dias

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi

Denise Bueno

Alcindo Antônio Ferla

editora



redeunida



www.redeunida.org.br

Miriam Thais Guterres Dias
Ramona Fernanda Ceriotti Toassi
Denise Bueno
Alcindo Antônio Ferla

Série **Vivências em Educação na Saúde**

Quando o ensino da saúde percorre territórios: dez anos da Coordenadoria de Saúde

1ª Edição
Editora Rede Unida
Porto Alegre, Brasil
2020



Coordenador Nacional da Rede UNIDA

Túlio Batista Franco

Coordenação Editorial

Editor-Chefe: **Alcindo Antônio Ferla**

Editores Associados: **Gabriel Calazans Baptista, Ricardo Burg Ceccim, Cristian Fabiano Guimarães,**

Márcia Fernanda Mello Mendes, Júlio César Schweickardt, Sônia Lemos, Fabiana Mânica Martins.

Conselho Editorial

Adriane Pires Batiston – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil;

Alcindo Antônio Ferla – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;

Ángel Martínez-Hernández – Universitat Rovira i Virgili, Espanha;

Angelo Stefanini – Università di Bologna, Itália;

Ardigó Martino – Università di Bologna, Itália;

Berta Paz Lorigo – Universitat de les Illes Balears, Espanha;

Celia Beatriz Iriart – University of New Mexico, Estados Unidos da América;

Denise Bueno – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;

Emerson Elias Merhy – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil;

Erica Rosalba Mallmann Duarte – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;

Francisca Valda Silva de Oliveira – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil;

Izabella Barison Matos – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil;

Hêider Aurélio Pinto – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil;

João Henrique Lara do Amaral – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil;

Júlio César Schweickardt – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil;

Laura Camargo Macruz Feuerwerker – Universidade de São Paulo, Brasil;

Laura Serrant-Green – University of Wolverhampton, Inglaterra;

Leonardo Federico – Universidad Nacional de Lanús, Argentina;

Lisiane Böer Possa – Universidade Federal de Santa Maria, Brasil;

Liliana Santos – Universidade Federal da Bahia, Brasil;

Luciano Bezerra Gomes – Universidade Federal da Paraíba, Brasil;

Mara Lisiane dos Santos – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil;

Márcia Regina Cardoso Torres – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil;

Marco Akerman – Universidade de São Paulo, Brasil;

Maria Luiza Jaeger – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil;

Maria Rocineide Ferreira da Silva – Universidade Estadual do Ceará, Brasil;

Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira – Universidade Federal do Pará, Brasil;

Ricardo Burg Ceccim – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil;

Rodrigo Tobias de Sousa Lima – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil;

Rossana Staevie Baduy – Universidade Estadual de Londrina, Brasil;

Simone Edi Chaves – Ideia e Método, Brasil;

Sueli Terezinha Goi Barrios – Ministério da Saúde, Brasil;

Túlio Batista Franco – Universidade Federal Fluminense, Brasil;

Vanderléia Laodete Pulga – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil;

Vera Lucia Kodjaoglanian – Fundação Oswaldo Cruz/Pantanal, Brasil;

Vera Maria da Rocha – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil.

Comissão Executiva Editorial

Gabriel Calazans Baptista

Márcia Regina Cardoso Torres

Arte da Capa | Projeto Gráfico | Diagramação

Renato Pereira Jr.

A **Série Vivências em Educação na Saúde** propõe a educação na saúde como tema, partindo do entendimento que ainda há grande distância entre as diretrizes legais para a educação na saúde e no cotidiano do Sistema Único de Saúde. É um tema cujo debate contemporâneo tem salientado a construção de novas práticas acadêmicas e a internalização de novas posturas profissionais, tendo como objeto as políticas de educação e saúde. As políticas nacionais de educação na saúde vêm tentando induzir processos de mudança na formação dos profissionais da denominada “área da saúde”, no entanto – para além da carga horária e dos conteúdos obrigatórios – o perfil dos egressos de cursos superiores (ou não) é o que deve estar no centro da discussão. Por meio desta série se quer oportunizar espaço de socialização de conhecimento útil à gestão e às instituições formadoras, mostrando experiências potentes em educação na saúde.

A Série tem coordenação editorial de: Dr. Alcindo Antônio Ferla (Brasil), Dr. Ricardo Burg Ceccim (Brasil), Maria Augusta Nicoli (Itália) e Cláudia Rodrigues de Freitas (Brasil).

Esta publicação foi feita em parceria com a Coordenadoria da Saúde (CoorSaúde) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte das atividades comemorativas aos 10 anos de atuação. A CoorSaúde é um órgão colegiado vinculado à Pró-Reitoria de Graduação da UFRGS e articula ações referentes à formulação, à execução e à avaliação do Projeto Político Institucional de Formação de Profissionais da Área da Saúde na UFRGS. Tem como objetivo desenvolver um Projeto Pedagógico Institucional sincrônico com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos e estreitar as relações da Universidade com o SUS, tendo em vista necessidades sociais em saúde e o desenvolvimento de políticas públicas. Busca orientar os Projetos Pedagógicos específicos dos cursos, bem como articula os cursos da área da saúde com as áreas de ciências humanas, exatas, sociais e outras áreas que formem profissionais com potencial para desenvolver ações junto ao SUS ou representem domínios de conhecimento relativos à educação em docência para a área da saúde.

(<http://www.ufrgs.br/coorsaude>)

FICHA CATALOGRÁFICA
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

D541q

Dias, Miriam Thais Guterres (org.) et al.

Quando o ensino da saúde percorre territórios: dez anos da Coordenadoria de Saúde / Organizadores: Miriam Thais Guterres Dias, Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, Denise Bueno e Alcindo Antônio Ferla; Prefácio de Emerson Elias Merhy e Maria Augusta Nicoli. – 1. ed. -- Porto Alegre, RS : Editora Rede Unida, 2020.

264p. (Coleção Vivências em Educação na Saúde, 16).

E-book: PDF.

ISBN 978-65-87180-09-0

DOI: 10.18310/9786587180090

1. Diretrizes Curriculares Nacionais. 2. Educação em Saúde. 3. Ensino Superior. 3. Profissões da Saúde.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

20-30180008

CDD 610.6
CDU 61:371.133

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Medicina: Ensino, organizações, profissões.
 2. Medicina: Prática de ensino.
-

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8 8846

Copyright © 2020 Miriam Thais Guterres Dias, Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, Denise Bueno e Alcindo Antônio Ferla.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DÍAS, Miriam Thais Guterres (org.) et al. **Quando o ensino da saúde percorre territórios: dez anos da Coordenadoria de Saúde**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2020. (Coleção Vivências em Educação na Saúde). E-book (PDF). ISBN 978-65-87180-09-0.



A imagem da capa foi inspirada na marca da CoorSaúde, criada pela publicitária Raquel Amsberg de Almeida, que foi selecionada em concurso para a escolha da marca. Desde 2011 é utilizada regularmente nos documentos e publicações da Coordenadoria da Saúde.



Todos os direitos desta edição reservados à Associação Brasileira Rede UNIDA
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre – RS. Fone: (051) 3391-1252
www.redeunida.org.br

A POLÍTICA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS

*Miriam Thais Guterres Dias
Vanessa Maria Panozzo*

Introdução

O texto pretende situar a presença e contribuição da profissão de Serviço Social na política de saúde brasileira e apresentar o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), demonstrando a sintonia existente entre os pressupostos da política pública setorial Sistema Único de Saúde (SUS) e a formação profissional dos assistentes sociais na universidade.

A profissão é regulamentada no Brasil por meio da Lei Federal nº 8.662, de 1993 e seu Código de Ética profissional atualizado no mesmo ano. O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988). O desafio é o de afirmar a profissão com as “particularidades de sua intervenção considerando as atuais expressões da questão social na contemporaneidade e os padrões de regulação das políticas sociais” (YAZBEK, 2009, p. 137).

Os assistentes sociais estão inseridos na área da saúde desde a sua institucionalização, em 1936, com ênfase nos níveis da atenção de média e alta complexidade, níveis de atenção preponderantes na gênese da política de saúde no país. Esta presença da profissão na área da saúde possibilitou o reconhecimento do Assistente Social como profissional de saúde de nível superior pelo Conselho Nacional de Saúde através da Resolução 2018, de 1997 (BRASIL, 1997).

O contexto de transformações sociais e econômicas nas décadas de 1980 e 1990 vai provocar no Serviço Social brasileiro uma profunda análise e revisão do seu projeto profissional, pois “[...] conjunturas de rápidas e intensas transformações societárias constituem o solo privilegiado para o processamento de alterações profissionais” (NETTO, 1996, p. 88). Assim foi com a própria institucionalização da profissão na década de 1940, resultante das consequências da crise dos anos 1930, que repercutiu no Brasil, influenciando na alteração da correlação das forças políticas e sistemas de governo.

A profissão vem se consolidando no campo das ciências sociais com produção de conhecimento consistente e madura sobre a realidade social, tematizando e explorando as diversas manifestações da questão social, cujas expressões são o seu objeto do trabalho e que lhe dá legitimidade e significado social (DIAS; MENDES; SCHWEIG, 2015).

O Serviço Social na saúde

Os assistentes sociais atuam na área da saúde desde a criação e regulamentação da profissão, na época do Governo Provisório, Constitucionalista e Estado Novo (1930-1945), ocasião em que a questão social é reconhecida pelo Estado, que cria políticas sociais compensatórias visando reduzir os efeitos da desigualdade social na sociedade, com os modelos Política Social do tipo assistencial e seguro social (FLEURY, 2003).

O movimento da reforma sanitária inovou com sua proposta de ruptura com a forma histórica de desenvolvimento da política de saúde no Brasil: centralizadora, autoritária, privatista, hospitalocêntrica, meritocrática e residual. A política de saúde tem uma amplitude que extrapola o próprio setor, pois desde o seu nascimento na primeira República até as duas primeiras décadas do século XXI, segue no cerne dos debates quanto a constituição das políticas sociais desenvolvidas pelo Estado brasileiro, como também é um campo em disputa pelos projetos antagônicos de universalização e privatização da saúde.

Neste mesmo momento histórico, os Assistentes Sociais, os anos 80 e 90 do século XX, vão debater o lastro do conservadorismo presente no Serviço Social e analisar o contexto social e econômico brasileiro, propiciando a elaboração do seu projeto ético-político, na direção da ampliação da cidadania às camadas sociais alijadas do usufruto das riquezas produzidas socialmente e no reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais (CFESS, 1994).

Tal direção social se consubstancia no Código de Ética do Assistente Social de 1993, o quinto na trajetória da profissão, e impulsiona a nova lei de regulamentação da profissão, ambas no mesmo ano, resultado de um denso debate da categoria, estabelecendo as competências e as atribuições privativas do Assistente Social. No balanço dos 80 anos da profissão no país, Yamamoto (2017, p. 20) refere que os/as assistentes sociais “vêm construindo uma nova imagem social da profissão relacionada aos direitos, apoiando a participação qualificada dos sujeitos sociais em defesa de suas necessidades e direitos”.

A profissão passou então para outro patamar de inserção na sociedade, produzindo uma sintonia entre os pressupostos da Reforma Sanitária e o Projeto Ético-Político do Serviço Social, expressos nos seguintes princípios comuns: universalidade, integralidade, equidade, intersetorialidade e participação social no SUS, e acesso universal, justiça social, determinantes sociais, participação social e seguridade social no Serviço Social (BRAVO, 2011).

Neste escopo, o objetivo do Serviço Social na saúde consiste no processo de “compreender os aspectos sociais, econômicos, culturais que interferem no processo saúde-doença e a busca de estratégias para o enfrentamento dessas questões” (BRAVO; MATOS, 2004, p. 43), cujos fundamentos revelam uma sintonia entre os Projetos da profissão do Serviço Social e os do SUS.

O trabalho do assistente social na saúde se assenta em três pilares que permitem o trânsito dos teórico-metodológicos e dos princípios ético-políticos à concretude do trabalho: o direito à saúde, as necessidades sociais em saúde e a produção da saúde (NOGUEIRA, 2011). A partir destes pressupostos o profissional vem atuando nos níveis de saúde (atenção básica, média e alta complexidade) por meio de ações: sócio assistenciais; articulação com as equipes de saúde; socioeducativas; de mobilização, participação e controle social; de investigação, planejamento e gestão, e ainda, assessoria, qualificação e formação profissional, conforme estabelecido pelos Parâmetros de Atuação dos Assistentes Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2011).

A formação do Assistente Social

No contexto histórico e político da década de 1990, dois movimentos relacionados e independentes se realizam no âmbito da educação superior. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, que vai criar princípios e diretrizes para a educação brasileira, o que dará origem às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação profissional e para as profissões da área da Saúde. No âmbito da formação dos assistentes sociais, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), elabora e aprova em 1996 as diretrizes curriculares gerais para o curso de Serviço Social, considerando “os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 59).

O Conselho Nacional de Educação, no Parecer CNE/CES 1.133/2001, estabelece as competências gerais dos cursos da área da saúde, quais sejam: atenção à saúde, administração e gerenciamento, comunicação, educação permanente, liderança e tomada de decisão. Este parecer se refere às DCNs dos cursos de graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição, mas que foi base para as competências gerais dos profissionais de outras DCNs de profissões da saúde.

Um assinalamento importante é sobre a articulação orgânica entre a educação superior e a saúde, visto que compete ao SUS a ordenação da formação dos seus recursos humanos, conforme artigo 6º da Lei 8.080, 1990. As DCNs para a saúde objetivam a formação geral e específica dos egressos / profissionais com ênfase na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, indicando as competências comuns gerais para esse perfil de formação contemporânea dentro de referenciais nacionais e internacionais de qualidade. E o conceito de saúde, os princípios, as diretrizes e os objetivos do SUS são elementos fundamentais a serem enfatizados nessa articulação.

Mudanças significativas na formação profissional vêm ocorrendo na última década, com destaque para a expansão do ensino à distância no país. Esta situação, junto com uma avaliação de uma necessária atualização das DCNs das profissões, que majoritariamente ocorreram no início dos anos 2000, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) aprova a Resolução nº 515, de 7 de outubro de 2016, na qual se manifesta no Art. 1º “Posicionar-se contrário à autorização de todo e qualquer curso de graduação da área da saúde, ministrado totalmente na modalidade Educação a Distância (EaD), pelos prejuízos que tais cursos podem oferecer à qualidade da formação de seus profissionais[...], e no Art. 3º, “Que as DCNs da área de saúde sejam objeto de discussão e deliberação do CNS de forma sistematizada, dentro de um espaço de tempo adequado para permitir a participação, no debate, das organizações de todas as profissões regulamentadas e das entidades e movimentos sociais que atuam no controle social [...]” (BRASIL, 2016, p. 61).

Esta Resolução apresenta, também, no seu 3ª Artigo, os pressupostos, princípios e diretrizes comuns para a graduação na área da saúde, construídos na perspectiva do controle/participação social em saúde, que são: I - Defesa da vida e defesa do SUS como preceitos orientadores do perfil dos egressos da área da saúde, II - Atendimento às necessidades sociais em saúde, III - Integração ensino-serviço-gestão-comunidade, IV - Integralidade e Redes de Atenção à Saúde (RAS), V - Trabalho interprofissional, VI - Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e componentes curriculares coerentes com as necessidades sociais em saúde, VII - Utilização de metodologias de ensino que promovam a aprendizagem colaborativa e significativa, VIII - Valorização da docência na graduação, do profissional da rede de serviços e do protagonismo estudantil, IX - Educação e comunicação em saúde, X - Avaliação com caráter processual e formativo, XI - Pesquisas e tecnologias diversificadas em saúde, XII - Formação presencial e carga horária mínima para cursos de graduação da área da saúde.

No âmbito da política pública, as DCNs do curso de Serviço Social são aprovadas pela Resolução CNE/CES 15 e 492, ambas em 2002, mas não consideraram as premissas deliberadas pela entidade nacional de formação e pesquisa da profissão, aprovadas em 1996. Deste modo, o Curso de Serviço Social da UFRGS se pauta nas DCNs definidas pela categoria, por sustentar um determinado Projeto Ético-Político da profissão. Estas privilegiam a formação profissional em três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Estas dimensões estão intrinsecamente articuladas e através delas se pretende formar um assistente social capaz de: apreender criticamente os processos sociais numa perspectiva de totalidade; analisar o movimento da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento capitalista no Brasil e a inserção do Serviço Social nessas relações sociais; compreender o significado histórico da profissão e o seu desenvolvimento sócio-histórico nos cenários internacional e nacional; identificar as demandas presentes na sociedade e desvelar as possibilidades de ação contidas na realidade; formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social considerando as articulações entre o público e o privado; compreender o trabalho profissional como trabalho socialmente determinado, reconhecendo-se como trabalhador assalariado (ABEPSS, 1997; FERREIRA, 2000; SCHMICKLER; RIBEIRO, 2006).

Do assistente social se requer o deciframento competente da realidade, a construção de propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos. Dele é esperado que seja um trabalhador qualificado não só na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais. Em suma: um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir tanto ao esclarecimento dos direitos sociais, quanto aos meios de exercê-los, o que só é possível se for dotado de ampla bagagem de informações, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado (IAMAMOTO, 1999).

A graduação em Serviço Social na UFRGS

O curso de Serviço Social da UFRGS iniciou suas atividades em março de 2010, com a oferta de 30 vagas anuais, preenchendo uma lacuna importante nas áreas de formação em Ciências Humanas e Sociais nesta instituição. A primeira turma colou grau em agosto de 2014, sendo que deste período até agosto de 2019 colaram grau onze turmas, no total. Seus profissionais vêm se inserindo em diversos espaços sócios ocupacionais, seja através de concursos ou de contratação.

A criação do curso ocorreu no âmbito de recente política pública nacional para o ensino superior, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de abril de 2007. Teve como objetivos ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na educação superior, tendo como principais ações: o aumento de vagas nos cursos de graduação, especialmente de cursos noturnos; a promoção de inovações pedagógicas; o combate à evasão; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; entre outras.

No âmbito estadual, até 2006³, não havia curso de Serviço Social em instituição de ensino superior pública, e tem relevância o primeiro em Porto Alegre e região metropolitana em 2010, região com concentração de curso presencial em instituições de ensino de natureza confessional ou comunitária. Nesse sentido, a criação do curso de Serviço Social da UFRGS vem suprir esta lacuna e se configura como uma conquista histórica da categoria dos Assistentes Sociais na região sul do Brasil. Significativamente, desde o primeiro ano de funcionamento, o curso tem tido uma demanda de estudantes superior à oferta de vagas, bem como despertado o interesse para ingresso de diplomados.

As diretrizes curriculares da formação profissional delineadas pela ABEPSS (1996) indicam os princípios da formação em Serviço Social na UFRGS:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo.
2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade.
4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares.

³ A UNIPAMPA/UFMS iniciou o curso de Serviço Social no seu campus de São Borja, em 2006, e em 2010 a UFMS, junto com UFRGS.

5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade.
6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos.
7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional.
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.
9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais.
10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular.
11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

A matriz curricular do curso tem sua organização balizada por três núcleos de fundamentos da formação, também previstos nas DCNs (ABESS/CEDEPSS, 1997), compreendendo que a formação deve perpassar por um conjunto de conhecimentos considerados indissociáveis e articulados entre si, de modo a possibilitar a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Os núcleos de fundamentos da formação são:

- a) o núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social;
- b) o núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e
- c) o núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O destaque dos três núcleos para a organização da matriz curricular do curso expressa a compreensão, especialmente, do corpo docente de que a formação deve superar a fragmentação e o isolamento dos conteúdos, que geralmente ocorre em diversas áreas de conhecimento e que também atingia o Serviço Social brasileiro antes das DCNs (ABESS/CEDEPSS, 1997). Isso significa que os componentes curriculares, a maioria expressa em disciplinas, não são independentes entre si, nem seus conteúdos podem ser parcelados em compartimentos, muito menos estabelecidos a partir de uma hierarquia de conhecimentos em termos de graus de importância.

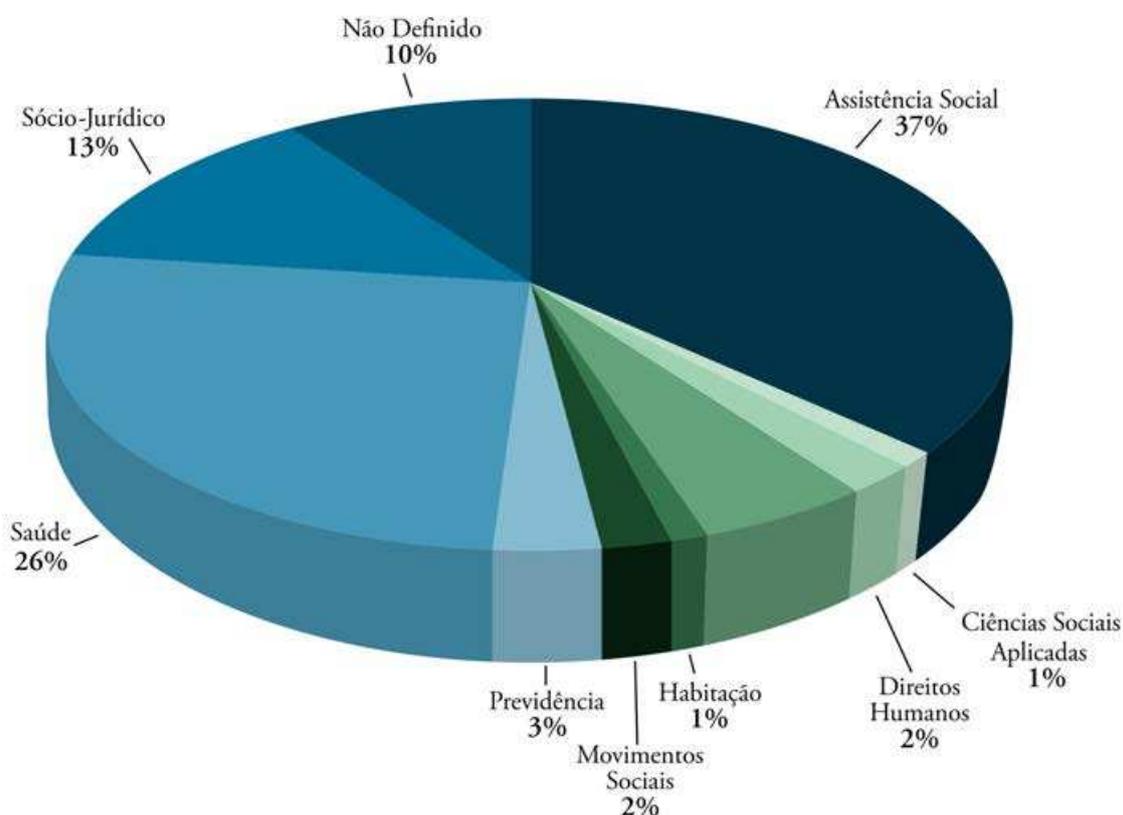
A organização da matriz curricular com base nos três núcleos de fundamentos, calcada nos princípios e orientados pelas diretrizes da formação em Serviço Social bem como para os cursos da saúde, possibilita o desenvolvimento da formação generalista no Curso de Serviço Social da UFRGS. Considera as particularidades e singularidades da formação histórica, da realidade social, política, econômica e cultural, e do exercício profissional em diferentes espaços sócio-ocupacionais, com os diversos e distintos sujeitos do trabalho do assistente social, nas diferentes particularidades regionais do estado do Rio Grande do Sul e do sul brasileiro.

O monitoramento e avaliação constante do curso acontece desde o seu primeiro semestre, realizado pelo corpo docente e discente sob a condução da equipe técnica e da coordenação da Comissão de Graduação do Curso de Serviço Social (COMGRADSSO) e o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Deste monitoramento, resultou a realização de três processos de revisão da grade, sendo o primeiro no período de 2013 a 2015. Estas primeiras alterações curriculares foram feitas a título de ajustes ao Projeto Político Curricular ainda durante o período de implantação do curso, que se encerrou com a sua consolidação, identificada pela formatura da sua primeira turma em 2014 e visita de reconhecimento do curso, em março de 2016.

Na terceira revisão curricular do curso, implantada a partir do primeiro semestre de 2019, foi realizada uma aproximação com as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação da área da Saúde, quando se constatou que existe uma afinidade orgânica com os postulados da Reforma Sanitária e o Sistema Único da Saúde, este como integrante da Seguridade Social brasileira. Para tanto, o Curso vem desenvolvendo disciplinas específicas no que se refere à política de saúde e atuação na área, bem como compõe as disciplinas interdisciplinares/interprofissionais ofertadas pela Universidade, indicando sua relevância na formação do Assistente Social.

A presença da graduação em Serviço Social na área da saúde se pode constatar a partir de levantamento realizado pela COMGRADSSO no Repositório Digital (LUME/UFRGS), Catálogo On-line (SABi/UFRGS) e no acervo disponível na biblioteca do Instituto de Psicologia (SBUFRGS), para conhecer as produções realizadas nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), desde 2014, ano de conclusão da primeira turma (RAMOS *et al.*, 2019a), como se observa na Figura 1.

Figura 1 – Trabalhos de Conclusão de Curso do Serviço Social por políticas sociais setoriais, de 2014 a 2019



Fonte: Ramos *et al.*, 2019a.

A presença em segundo lugar dos TCC na área da saúde está presente também nos campos de estágio dos estudantes do Curso de Serviço Social, no segundo semestre de 2019, com 30 deles na área de Assistência Social e 24 na área de Saúde (RAMOS *et al.*, 2019b).

Por um longo tempo, o assistente social esteve majoritariamente na política pública de saúde, comparando com as demais políticas setoriais, o que já mudou a partir de dois fatores que afetaram a empregabilidade de assistentes sociais nas políticas de saúde e de assistência social no Brasil. A Assistência Social é implementada com maior vigor a partir da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2014 e da Norma Operacional Básica (NOB)/SUAS, em 2005, cumprindo o princípio da descentralização e, conseqüentemente, gerando a ampliação da oferta de serviços municipais e a contratação de profissionais para o setor.

Já no SUS, nas últimas duas décadas, houve a ampliação da assistência à saúde da população com a capilaridade da atenção básica nos municípios: mais de 123,5 milhões de brasileiros contando com a Estratégia de Saúde da Família (ESF), uma extensão de oferta sem precedentes em âmbito internacional, com a ampliação da cobertura por ESF em dez anos (dezembro de 2007 e dezembro de 2016), que saltou de 46,2% da população para 63,7%, com um incremento de 72,5% no período (CECILIO; REIS, 2018). Este incremento da estratégia da saúde da família como estruturante da atenção básica também produziu a retirada dos assistentes sociais deste nível de atenção, visto que este profissional não compõem a equipe da ESF, assim como várias outras profissões da saúde. A inclusão do assistente social nos Núcleo de Atenção à Saúde da Família (NASF), não foi capaz de manter estes profissionais na atenção básica, visto ser opcional a sua presença, bem como a irrelevante existência deste núcleo na atenção básica no país.

Nesta trajetória, o curso de Serviço Social conta com um grupo de doze professores doutores em Serviço Social, com 166 alunos na graduação (2018/2) e está com sua quarta turma de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social.

A presença do curso de Serviço Social na área da saúde extrapola as atividades curriculares de ensino, estágios obrigatórios e não obrigatórios, extensão e pesquisa, pois ele está articulado com os demais cursos da área da saúde com a participação na Coordenadoria da Saúde – CoorSaúde (FERLA *et al.*, 2013) desta Universidade. No mesmo ano de 2010, iniciavam as atividades do curso de Serviço Social e as da CoorSaúde, quando o curso passou a integrar suas atividades. Esta instância colegiada compõe a Pró-reitoria de Graduação da universidade, e tem como missão “contribuir para a definição de uma política inovadora e contemporânea de formação de profissionais da área da saúde no âmbito da Universidade e dos serviços” (BUENO; TSCHIEDEL, 2011, p. 85).

A partir desta inserção, docentes e estudantes do curso de Serviço Social integram os vários projetos de integração ensino em serviço e de formação interprofissional, que tem como cenários de práticas os serviços de saúde do município de Porto Alegre. Estes projetos são: a) a experiência inovadora de ensino em serviço, por meio de uma disciplina tutorial formada por professores dos quatorze cursos da área da saúde da universidade, a atividade de ensino Práticas Integradas em Saúde I, em desenvolvimento desde o primeiro semestre de 2012 (TOASSI; LEWGOY, 2016) e a Práticas Integradas em Saúde II, que teve início no primeiro semestre de 2019; b) participação em todos os PET-Saúde já realizados e no momento em desenvolvimento o PET-Saúde/Interprofissionalidade; c) PET Cenários Práticas de Estágios Curriculares Noturnos para discentes dos cursos de Saúde Coletiva, Psicologia, Serviço Social e Odontologia, com docente do curso na sua coordenação e tutoria; d) Programas de Residências Multiprofissionais em Saúde da Universidade e do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, com os professores como tutores e professores, e os egressos do curso como residentes; e) Curso de Especialização Educação em Saúde Coletiva: Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, período 2018-2019, convênio Ministério da Saúde e UFRGS, em desenvolvimento sob a coordenação de docente do curso de Serviço Social.

Parte do corpo docente tem Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório CNPq, sendo os relacionados a saúde o Núcleo de Estudos em Saúde e Trabalho (NEST) e o de Saúde, Gênero e Vulnerabilidade (SAGEV). Pesquisas em saúde estão em desenvolvimento, com temas referentes aos campos de estágio na saúde, das residências e do mestrado Política Social e Serviço Social, bem como das linhas de estudo dos docentes, uma destas com financiamento do PPSUS.

Considerações finais

Pensar no processo de formação em serviço social e sua relação com a saúde é resgatar desde seus primórdios a relevância do trabalho profissional nesta política com seus traços a partir das relações sociais da realidade. A área da saúde foi, sem dúvida, um dos espaços que mais acolheu e acolhe a categoria profissional, exigindo conhecimentos no trato da questão social. Como já visto, a própria profissão obteve novo significado social a partir da década de 1980 e 1990 com as diretrizes curriculares e construção do Projeto Ético Político profissional que demarcou uma direção social crítica vinculada a um projeto de sociedade que luta por uma saúde pública, de acesso universal.

A importância desta área suscitou novos componentes curriculares em nível nacional que demandaram dos processos de formação, ainda na graduação, competências que pudessem responder as necessidades sociais do processo de saúde-doença a partir da determinação social da saúde. Neste sentido, o Serviço Social vem propondo intervenções nos vários níveis e em diferentes serviços de saúde, comprometendo-se com o acesso da classe trabalhadora nesta política social, dialogando a partir dos princípios da Reforma Sanitária e do SUS.

Mesmo com este cenário controverso dos caminhos da política de saúde e educação, privilegia-se uma formação em serviço social de qualidade, em consonância com as diretrizes da educação pública baseado nas diretrizes curriculares do Serviço Social-construídas pela ABEPSS em 1996 – contrapondo-se à uma lógica conservadora e mercantilizada que tem proliferado um processo de ensino com insuficiências teóricas, técnicas e políticas. No caso do ensino da saúde, tem se sustentado a orientação a partir dos Parâmetros de Atuação do Assistente Social na Política de Saúde (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2010), das DCNs, entre outras, fundamentando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa a fim de dar respostas às reais necessidades da população e, ainda, na luta contra as propostas de caráter focalizado no atendimento à população e do questionamento da universalidade de acesso, defendidas pelo projeto neoliberal.

Enfim, são muitos os desafios para a formação profissional em serviço social e também para a saúde, mas cumpre destacar que há um esforço deste curso de Serviço Social da UFRGS em se envolver efetivamente com os processos de formação na área, atualizando o currículo para a ‘superação’ de uma formação cartesiana e inclusão de conteúdo; na participação de projetos, ações e disciplinas interdisciplinares, entre outros. A formação para uma atuação do assistente social que considere os fundamentos do trabalho profissional em consonância com os princípios éticos políticos, alinhados a pauta política de participação na construção de uma política de saúde para todos, aproximam-se e articulam-se aos propósitos da Coordenadoria da Saúde da Universidade, para uma formação de qualidade, inclusiva e defensora da universalidade e da integralidade para toda a população.

Referências:

- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº. 218, de 06 de março de 1997. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 05 de maio de 1997. Seção 1. p. 8932-8933. Disponível em: http://www.crefrs.org.br/legislacao/pdf/res_cns_218_1997.pdf. Acesso em: 21 mar. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 515, de 7 de outubro de 2016. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, 11 de novembro de 2016. Seção 1, p. 61. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso515.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.
- BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. Reforma Sanitária e o Projeto Ético-Político do Serviço Social: elementos para o debate. *In*: BRAVO, M. I. S. *et al.* (org.). **Saúde e Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.
- BRAVO, M. I. S. **Serviço Social e reforma sanitária**: lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez, 2011.
- BUENO, D.; TSCHIEDEL, R. G. **A arte de ensinar e fazer saúde**: UFRGS no Pró-Saúde II: relatos de uma experiência. Porto Alegre: Libretos, 2011.
- ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. *In*: ABESS. **Formação profissional**: trajetórias e desafios. São Paulo: Cortez; ABESS/CEDEPSS, n. 7, 1997. p. 58-76.
- CECILIO, L. C. O.; REIS, A. A. C. Apontamentos sobre os desafios (ainda) atuais da atenção básica à saúde. **Cad. Saúde Pública (Online)**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 8, p. e00056917, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n8/1678-4464-csp-34-08-e00056917.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00056917
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, DF: CFESS, 1994.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Cartilha_CFESS_Final_Grafica.pdf. Acesso em: 12 mar. 2019.
- DIAS, M. T. G.; MENDES, J. M. R.; SCHWEIG, G. R. Conservação ou ruptura na imagem social do Serviço Social? **Anais [...]**. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luis, p. 25-28, ago. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo13/conservacao-ou-ruptura-na-imagem-social-do-servico-social.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

- FERLA, A. A. *et al.* (orgs.). **Cadernos da Saúde Coletiva**: Integração ensino-serviço: caminhos possíveis? Porto Alegre: Rede UNIDA, 2013. 140 p. DOI: 10.18310/9788566659139
- FERREIRA, I. B. Implicações da Reforma do Ensino Superior para a Formação do Assistente Social: desafios para a ABEPSS. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, 2000. p. 81-98.
- FLEURY, S. Seguridade social: a agenda pendente. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 414-424, set./dez. 2003.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6. ed. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 1988.
- IAMAMOTO, M. V. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. *In*: **Capacitação em Serviço Social e política social**. Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Módulo 1. Brasília: CEFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. p.111-128.
- IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282017000100013&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 22 jan. 2018. DOI: 10.1590/0101-6628.091
- NETTO, J. P. Transformações Societárias e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.
- NOGUEIRA, V. M. R. Determinantes sociais de saúde e a ação dos assistentes sociais – um debate necessário. **Revista Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 45-72, dez. 2011.
- RAMOS, A. R. *et al.* Análise da Produção de Trabalhos de Conclusão de Curso II do Curso de Serviço Social. **XV Salão de Ensino da UFRGS - Experiências de Ensino na Graduação**. Porto Alegre, 2019a.
- RAMOS, A. R. *et al.* Pesquisa Documental dos Estágios Obrigatórios do Curso de Serviço Social. **XV Salão de Ensino da UFRGS - Experiências de Ensino na Graduação**. Porto Alegre, 2019b.
- SCHMICKLER, C. M.; RIBEIRO, E. M. Serviço social e orientação. *In*: HADDAD, A. E. *et al.* **A trajetória dos cursos de graduação na área da saúde**: 1991-2004. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- TOASSI, R. F. C.; LEWGOY, A. M. B. Práticas Integradas em Saúde I: uma experiência inovadora de integração intercurricular e interdisciplinar. **Interface comun. saúde educ.**, Botucatu, v. 20, n. 57, p. 449-461, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v20n57/1807-5762-icse-1807-576220150123.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020. DOI: 10.1590/1807-57622015.0123
- YAZBEK, M. C. O significado sócio histórico da profissão. *In*: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.